

DOI: <https://doi.org/10.23925/ddem.v.1.n.4.57713>



Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RESENHA DO LIVRO - OS DONOS DO PODER: FORMAÇÃO DO PATRONATO BRASILEIRO¹ - DE RAYMUNDO FAORO

BOOK REVIEW - THE OWNERS OF POWER: FORMATION OF THE BRAZILIAN PATRONATO

Marcelo Sasso Gonzalez²

RESUMO

Em sua obra mais famosa, Raymundo Faoro expõe seu pensamento político a partir da análise da história portuguesa e da estruturação da monarquia no Brasil, traçando as raízes do patrimonialismo brasileiro e a formação do estamento burocrático. A trágica apropriação dos aparatos políticos e administrativos, bem como a utilização do poder público em benefício próprio evidenciam a necessidade de limites entre o poder público e o poder privado. Objetivase, com este breve trabalho, a análise crítica dos argumentos extraídos a partir do pensamento de Faoro, que se mostra essencial para interpretação e compreensão da atual realidade enfrentada pela sociedade brasileira sob o ponto de vista político e econômico.

Palavras-chave: Política; Patrimonialismo; Economia; Desenvolvimento do Brasil; Poder.

ABSTRACT

In his most famous book, Raymundo Faoro exposes his political thought by analyzing history of Portugal and the structuration of the monarchy in Brazil, tracing the roots of Brazilian patrimonialism and the formation of the bureaucratic estate. The tragic appropriation of political and administrative apparatus, as well as the use of public power for personal benefits, highlight it is necessary to impose limits between public power and private power. The goal of this brief work is to critically analyze the arguments extracted from Faoro's thoughts, which are essential for interpreting and understanding the current reality faced by Brazilian society from the political and economic point of view.

Keyword: Politics; Patrimonialism; Economy; Development of Brazil; Power.

AUTOR

Raymundo Faoro nasceu em Vacaria-RS, em 27 de abril de 1925. Foi jurista, sociólogo, historiador, cientista político e escritor brasileiro. Lutou pelo fim dos Atos Institucionais e ajudou a consolidar o processo de abertura democrática na década de 1970. Presidiu a OAB de 1977 a 1979 e foi membro da Academia Brasileira de Letras, eleito em 23 de novembro de 2000, ocupando a Cadeira 6. Recebeu o Prêmio José Veríssimo, da Academia Brasileira de letras (1959); Prêmio Moinho Santista - Ciências Sociais -1978 (foi o terceiro premiado, depois

¹ 5ª edição, publicada em 2012 pela Editora Globo, em 944 páginas, 54 anos após sua 1ª edição, e 1958.

² Advogado, mestrando em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas. Possui pós-graduação em Direito Constitucional, em Direito Processual Civil e em Direito e Negócios Imobiliários, todas pela Damásio Educacional. É graduado em Direito pelo Centro Universitário FIEO. Atualmente é Chefe de Gabinete na Prefeitura Municipal de Barueri. marcelo.sasso.gonzalez@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-0109-5577>.

de Fernando de Azevedo e Gilberto Freire), assim como a Medalha Teixeira de Freitas, do Instituto dos Advogados do Brasil. Faleceu em 15 de maio de 2003, na cidade do Rio de Janeiro.

Livro: Os donos do poder: formação do patronato brasileiro. Obra publicada em 2012 pela Editora Globo, com 944 páginas, 54 anos após sua 1ª edição de 1958.

Em sua obra mais famosa, “Os donos do poder: formação do patronato brasileiro”, Raymundo Faoro expõe seu pensamento político a partir da análise da história luso-brasileira, traçando as raízes do patrimonialismo brasileiro e a formação do estamento burocrático. Objetiva-se, com este breve trabalho, a análise crítica dos argumentos extraídos a partir do pensamento de Faoro.

A teoria patrimonialista explica que com o surgimento do estado-nação e aumento territorial e populacional, a atividade de administrar esse Estado antigo estava sob a responsabilidade da oligarquia dominante, formada pela nobreza, burocratas e profissionais letrados. Essa administração formada pela elite era financiada pela renda das terras (nobreza) e pelo patrimônio do Estado (burocratas e profissionais letrados), não ficando clara a distinção entre o patrimônio público e privado. Sendo a principal característica do patrimonialismo a utilização de recursos públicos, em sentido amplo, como se privados fossem, na busca dos interesses de determinado grupo.

O termo patrimonialismo foi cunhado pelo sociólogo Max Weber, segundo sua definição, é uma forma de organização social, baseada na economia doméstica e uma autoridade tradicional, em uma relação desigual de dominação. Destacam-se três definições da legitimação da dominação trazidas por Weber: burocrático-legal; tradicional; e o carismático. A dominação burocrático-legal é baseada nos diplomas legais, definindo as formas de poder. A dominação tradicional tem o seu poder fundamentado na tradição, hereditária, ligada a privilégio e baseada na pessoa do príncipe. Já na carismática, o poder e autoridade são legitimados pela devoção entre dominados e dominantes.

Baseado nos preceitos weberianos, Faoro identifica esse processo a partir da história portuguesa e da colonização brasileira, destacando que a inexistência do sistema feudal em ambos os países, fomentou o nascimento do patrimonialismo estamental. O sistema feudal seria marcado pela intermediação e pluralidade no exercício do poder pelos senhores feudais, característica ausente no patrimonialismo luso-brasileiro. A concepção histórica de Faoro,

explica que os sistemas patrimonialistas e clientelistas foram mantidos desde o século XIV em Portugal, trazidos para o Brasil durante a colonização e permaneceram, em certa medida, em cada momento com sua característica peculiar até o Estado Novo com Getúlio Vargas. A história luso-brasileira demonstra que em diversos momentos o Rei, Coroa, Imperador, Estado ou qualquer forma de poder centralizado foram utilizados pelo estamento para exercício e manutenção do poder, mesmo em momentos de diminuição da capacidade do poder central não alterou a face patrimonialista do poder no Brasil.

Faoro apresenta a ideia que o feudalismo seria uma estrutura rígida e que em contato com o capitalismo se desmonta facilmente frente ao novo sistema. Já o estamento possui caráter elástico, resiliente e adaptabilidade, o que permite reagir e sobreviver a diversas realidades e momentos históricos, e em outra medida impõe dificuldades à inovação servindo-o assim de molde ao conjunto das relações econômicas e políticas. O grande instrumento de poder do estamento é o controle patrimonialista do Estado, se materializando na cooptação das ferramentas de atuação estatal, não em busca do interesse público ou perseguir uma matiz ideológica, mas uma visão personalizada, autorreferenciada, uma confusão entre as esferas pública e privada. O estamento busca sua autopreservação, atravessando gerações e perpetuando seus valores, baseado na desigualdade pela honra pessoal, no exclusivismo social distanciando-se dos interesses da sociedade da qual faz parte.

Quando observamos a burocracia, esta não se confunde com o estamento, seria apenas o formalismo do Estado, na perspectiva weberiana seria uma proposta racional-legal de atuação, e uma resposta de combate ao patrimonialismo. Mas dada a natureza multiforme do estamento este se apropria da burocracia, a combinação dos dois cria uma “Quimera”, o estamento burocrático, que ao mesmo tempo produz obstáculos para organização do poder central, bem como, a sociedade a ele submetida. Nas palavras de Faoro: “O estamento burocrático comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira” (FAORO, 2012, p. 873).

O estamento não é caracterizado como classe, não se trata de uma elite e não se confunde com esta, tão pouco com a classe política, é relacionado diretamente a um modo de agir ligado ao status social, não caracterizado por critérios econômicos, podendo estar presente, mas não necessário. A elite política do patrimonialismo é o estamento, possui efetivo poder político, com traços aristocráticos, com conduta típica frente à mudança e alinhamento à ordem internacional. Nas palavras de Faoro: “A minoria governa sempre, em todos os tempos, em todos os sistemas políticos” (FAORO, 2012, p. 876). Já o conceito de classe traz fortes

conceituações econômicas, a existência destas demonstra o domínio do sistema de mercado, e só através destas é que um Estado poderá ser liberal-democrático, por outro lado, a ausência significa que o liberalismo e a democracia serão superficiais.

Por mais que se impute ao patrimonialismo faoriano uma visão negativa do Estado, não é ele a fonte do atraso brasileiro, mas sim a forma que ele assume pelo estamento, na administração pública, no corporativismo e no clientelismo. Ainda, é de extrema importância verificar o povo na teoria de Faoro, este é demonstrado como idealizado, não concretizado como realidade, não constituiu uma sociedade civil contraposta ao Estado, ao contrário é aquele que busca no soberano (o bom príncipe, o pai do povo) as esperanças, de pobres e ricos, já que o Estado é o responsável pela condução social. Interessante trecho abordando esta relação entre povo e Estado: “O povo quer a proteção do Estado, parasitando-o, enquanto o Estado mantém a menoridade popular, sobre ela imperando. No plano psicológico, a dualidade oscila entre a decepção e o engodo.” (FAORO, 2012, p. 881).

Assim, a visão de Faoro se mostra essencial para interpretação e compreensão da atual realidade enfrentada pela sociedade brasileira sob o ponto de vista político e econômico, suas concepções, em certa medida, são atemporais. Busca-se a antecipação da vida em sociedade através da lei, no soberano o salvador, no Estado o guia e a criação da atividade econômica, da teoria para a realidade. A apropriação dos aparatos políticos e administrativos, a utilização do poder público pelo estamento burocrático em benefício próprio, bem como, o povo idealizado, evidenciam a necessidade de mudança deste ciclo extrativista, ao qual, podemos caracterizar como claras razões para o atraso nacional.

REFERÊNCIA

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro. 5ª edição, Editora Globo, Rio de Janeiro, 2012.